



PODER

Fachin age contra a crise e leva caso Moraes a plenário

Presidente do STF marca para terça a análise sobre abertura de apuração contra o ministro por suposto envolvimento com Vorcaro e retira dele o Inquérito das Fake News. Magistrado também impõe revés a Mendonça, ao suspender afastamento do diretor-geral da PF

» RENATO SOUZA
» ALÍCIA BERNARDES
» ARMANDO HOLANDA

Com o Supremo Tribunal Federal (STF) imerso no seu mais profundo conflito desde a redemocratização, o presidente da Corte, Edson Fachin, agiu para tentar estancar a crise. Em três despachos, ontem, o magistrado suspendeu decisões monocráticas dos ministros André Mendonça e Flávio Dino sobre o afastamento do diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues; manteve o dirigente da corporação no cargo; e marcou para a próxima terça-feira uma sessão do plenário com o objetivo de definir se haverá abertura de investigação contra o ministro Alexandre de Moraes por suposto envolvimento com o dono do Banco Master, Daniel Vorcaro.

A sessão está marcada para as 10h. No texto, Fachin não diz se será aberta e transmitida ao vivo, como de praxe. Mas a tendência é de que ocorra com debates públicos e com possibilidade de cobertura por parte da imprensa.

Também ontem, Fachin removeu Moraes da relatoria do Inquérito das Fake News. O ministro conduzia o caso desde 2019, após ser escolhido pelo então presidente do Supremo, Dias Toffoli. A diligência foi aberta para apurar “fake news e ataques contra a Corte”. Com a decisão, o inquérito ficará sob responsabilidade do próprio Fachin.

As decisões do presidente do STF anularam tanto a ordem de Mendonça que determinou o afastamento de Andrei Rodrigues do comando da PF — sob a alegação de que a permanência do dirigente no cargo poderia comprometer as investigações sobre a produção de relatórios de inteligência considerados irregulares — quanto a ordem de Dino de reintegrar Rodrigues às suas funções.

“É grave o quadro em que decisões de ministros passam a ser desafiadas horizontalmente, mormente quando pendentes, tanto o julgamento em curso no âmbito da Segunda Turma deste Tribunal, quanto o pedido de suspensão de liminar que se encontra sob apreciação desta Presidência”, escreveu Fachin em uma das decisões.

Segundo enfatizou o ministro, “a Presidência tem o dever

Gustavo Moreno/STF



Fachin impôs reverses a ministros envolvidos nos imbróglgios que expõem a Corte, numa investida para tomar as rédeas no momento turbulento

Prazo de 48 horas

Fachin deu 48 horas para Rodrigues se manifestar sobre os relatórios de inteligência atribuídos à PF e o suposto monitoramento ilegal de Mendonça. Após esse prazo, o presidente da Corte vai analisar a permanência do dirigente no cargo.

de zelar pela preservação da integridade da Corte e tem a convicção de que o faz e fará, nos termos do art. 13, I, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal”. “Todos os elementos contidos nas decisões proferidas até o presente momento evidenciam que

os fatos merecem a devida elucidação. Há especial dever de assegurar a integridade e a adequada direção dos trabalhos desta Corte”, ressaltou, no despacho.

O magistrado destacou que a situação envolvendo a guerra de liminares configuram “lesão à ordem” pública e ao tribunal. “Considero necessária a suspensão das decisões ora analisadas, porquanto, para além de qualquer juízo meritório sobre o afastamento ou não de autoridades, o qual será realizado oportunamente, cumpre obstar quadro de conflitos e sobreposições processuais que, por si só, configuram lesão à ordem pública e à integridade deste Tribunal”, completou.

As ordens de Fachin ocorrem em meio aos embates entre Moraes e Mendonça no contexto das investigações sobre o esquema de fraudes do Banco Master. Moraes incluiu o colega no

Inquérito das Fake News, acusando-o de crime de responsabilidade, improbidade administrativa e abuso de autoridades (leia abaixo a cronologia do caso).

O Inquérito das Fake News é considerado um dos mais polêmicos da Corte e que empoderou Moraes com relação aos demais ministros. Na época de abertura do procedimento, a Procuradoria-Geral da República (PGR), comandada por Raquel Dodge, defendeu mais de uma vez que a investigação fosse arquivada. O sucessor, Augusto Aras, posicionou-se pela constitucionalidade. Em uma votação no plenário, o Supremo decidiu manter o inquérito por 10 votos a 1, em uma análise que tratava de uma ação da Rede Sustentabilidade pedindo o arquivamento.

O ex-presidente Jair Bolsonaro — preso por tentativa de golpe de Estado e outros crimes — e seus

» Alívio na Corte

Ministros do STF receberam com alívio as decisões tomadas pelo presidente da Corte, Edson Fachin. Na avaliação de um deles, as medidas adotadas “amenizam” a guerra interna no tribunal, mas a confusão ainda estaria longe de ser solucionada. As decisões de Fachin, porém, agradaram mais à ala ligada a André Mendonça do que ao grupo de Alexandre de Moraes.

aliados foram alvos de ações realizadas no âmbito do inquérito. Neste ano, Moraes usou o procedimento para quebrar o sigilo do jornalista Luís Pablo, do Maranhão. Ele atendeu pedido do ministro Flávio Dino, que alega perseguição por parte do comunicador.

Elogios à decisão

» AMANDA S. FEITOZA

A Advocacia-Geral da União (AGU) disse ter recebido com “satisfação, respeito e esperança” a decisão do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, de suspender a decisão do ministro André Mendonça que afastava o diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, de suas funções.

Na avaliação da AGU, o afastamento atingia uma atribuição que cabe ao presidente da República: escolher e retirar o diretor-geral da PF. Ao pedir a suspensão da decisão de Mendonça, na terça-feira, o governo argumentou que a medida poderia provocar impactos na organização e no funcionamento da corporação.

“Com isso, também são restabelecidas as condições necessárias ao regular funcionamento das atividades da Polícia Federal, instituição essencial à segurança pública e ao Estado Democrático de Direito”, frisou o órgão em nota. “Para além da solução do caso concreto, a decisão do ministro Edson Fachin contribui para restaurar a institucionalidade no âmbito da Suprema Corte e fortalecer a confiança da sociedade no Poder Judiciário.”

Por sua vez, o Ministério da Justiça e Segurança Pública, ao qual a PF é subordinada, declarou confiança nas instituições republicanas e defendeu a autonomia da corporação.

A pasta também reforçou que a PF deve manter o trabalho investigativo independentemente das decisões relacionadas à sua direção. “A Polícia Federal continuará contando com o elevado prestígio e a credibilidade conquistados perante a sociedade brasileira”, afirmou.

Ainda segundo o ministério, as apurações conduzidas pela corporação devem continuar “com absoluta independência, rigor técnico e estrita observância da lei”, alcançando todos os fatos e envolvidos, “sem exceções”. E destacou que a autonomia da PF é necessária para garantir o funcionamento do Estado Democrático de Direito.

Cronologia do conflito

12 de fevereiro

» O STF sorteou o ministro André Mendonça para a relatoria das investigações sobre o Banco Master depois que Dias Toffoli abdicou da função.

» Um dia antes, a Polícia Federal havia enviado ao presidente do Supremo, Edson Fachin, um relatório com citações a Toffoli nas investigações. Em reunião com os ministros, Toffoli ouviu os apelos dos colegas e deixou a relatoria do processo.

27 de agosto

» A PF entregou relatórios preliminares ao gabinete de Mendonça com análises de inteligência de conversas obtidas na apreensão de aparelhos celulares do banqueiro Daniel Vorcaro.

1º de setembro

» Mendonça tornou públicos trechos dos relatórios com as mensagens trocadas entre o ministro Alexandre de Moraes e o dono do Banco Master.

» O procurador-geral da República,

Bruno Peres/Agência Brasil



Ministro Alexandre de Moraes

Paulo Gonet, enviou ao STF um parecer recomendando o arquivamento do caso. Segundo o PGR, Mendonça pediu a investigação à PF de forma indevida, porque essa decisão deveria ter sido tomada pelo plenário. Gonet também foi citado no relatório por relação supostamente imprópria com Vorcaro.

3 de setembro

» O ministro Alexandre de Moraes acolheu petição no Inquérito das Fake News e determinou a abertura de apuração sobre a conduta e os direcionamentos procedimentais atribuídos ao gabinete de André Mendonça.

>> Moraes acusou Mendonça de improbidade administrativa, abuso de autoridade e crime de responsabilidade.

4 de setembro

» O presidente do Supremo, ministro Edson Fachin, interveio e determinou que o pedido de investigação de Mendonça feito por Moraes fosse retirado do Inquérito das Fake News. Fachin abriu um procedimento, sob sua relatoria, para apurar supostas irregularidades em investigações da PF que envolvem autoridades com foro na Corte.

» Fachin deu prazo de cinco dias úteis para a PGR e, em seguida, o mesmo prazo para Mendonça se manifestar sobre o pedido de Moraes.



Ministro André Mendonça

8 de setembro

» Mendonça, em decisão ratificada pela Segunda Turma, determinou o afastamento cautelar do diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, e do chefe da área de Inteligência, Leandro Almada, alegando inconsistências nos relatórios de inteligência.

» O ministro ordenou que a Polícia Federal, por meio de sua Corregedoria, abrisse procedimentos investigatórios de natureza penal e administrativo-disciplinar para apurar os “graves fatos identificados” na produção de relatórios de inteligência.

9 de setembro

» O ministro Flávio Dino concedeu medida liminar em ação distribuída à sua relatoria e determinou a imediata recondução de Andrei Rodrigues ao cargo, sustentando que decisões individuais não podem paralisar o funcionamento da cúpula da Polícia Federal. Dino submeteu a liminar ao plenário do STF.

» Fachin suspendeu as decisões de Medonça e de Dino que haviam, sucessivamente, afastado e restaurado o cargo de Andrei Rodrigues. O presidente do STF também suspendeu o trâmite da ação relatada por Mendonça que trata do tema. A decisão será submetida ao plenário no dia 15, às 10h. Até lá, Rodrigues permanece no cargo.